



Número: **0800367-26.2018.8.15.1211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Lucena**

Última distribuição : **22/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.180,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA (AUTOR)		CLARA PEREIRA GERONIMO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16132133	22/08/2018 23:21	Petição Inicial	Petição Inicial
16132157	22/08/2018 23:21	Peticao Inicial	Outros Documentos
16132162	22/08/2018 23:21	B.O	Outros Documentos
16132172	22/08/2018 23:21	Comprovante de Residencia	Documento de Comprovação
16132177	22/08/2018 23:21	Laudo Medico	Outros Documentos
16132187	22/08/2018 23:21	Procuracao e Declaracao de Hipossuficiencia	Procuração
16132194	22/08/2018 23:21	Prontuario Medico-ilovepdf-compressed (10)	Outros Documentos
16132215	22/08/2018 23:21	RG e CPF	Documento de Identificação
16132222	22/08/2018 23:21	Sinistro	Outros Documentos
16139706	27/08/2018 10:10	Despacho	Despacho
20858497	30/04/2019 12:06	Certidão	Certidão
20859195	09/05/2019 17:31	Despacho	Despacho
25223882	11/10/2019 10:08	Certidão	Certidão
25223885	11/10/2019 10:08	0800367-26.2018.815.1211 - correspondencia devolvida	Comunicações
25226764	15/10/2019 11:20	Despacho	Despacho
25568315	23/10/2019 15:15	Petição	Petição
25663787	27/10/2019 21:04	Expediente	Expediente
26216199	14/11/2019 08:08	Petição	Petição
26742666	04/12/2019 11:07	Despacho	Despacho

Petição



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LUCENA/PB

RESOLUÇÃO 03/2013 DO TJ/PB – PERICÍCIA JUDICIAL PELA SEGURADORA

JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, pescador, CPF 690.062.964-49, RG nº 1.385.279 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Projetada, nº 208, Gameleira, Lucena/PB, Cep: 58.315-000, email: diegobarroso@hotmail.com, vem, por meio de seus procuradores que esta subscrevem, à presença de Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, Bairro Centro, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos motivos e fatos a seguir expostos:

I – PRELIMINARMENTE

De início, Nobre Julgador, vem o presente demandante informar que é pobre na forma da lei e não tem como arcar com as despesas/custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, tudo conforme declaração de hipossuficiência em anexo.

Assim sendo, diante da situação, vem requerer a concessão da Justiça Gratuita para todos os efeitos, nos conformes da Lei nº 1.060/50 e seus artigos.

II – DOS FATOS

O demandante sofreu um acidente na data de 12/06/2017 e decorrente deste sofreu algumas sequelas de caráter permanente como Fratura de Vértebra C3, Fratura de Vértebra Dorsal/Torácica D1, conforme laudo médico em anexo.



Até o presente momento, Nobre Julgador, o autor sente dificuldades e, em decorrência do acidente sempre precisa de ajuda de familiares para o seu sustento familiar.

O Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT administrativamente para INVALIDEZ sobre sinistro n. **3180121856**, sendo o mesmo liberado para pagamento o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) após ter passado pela perícia médica da seguradora.

No mais, Excelência, o autor tem passado grandes dificuldades para conseguir alcançar seu pleito securitário na totalidade, assim sendo, procura o manto protetor do Judiciário para ter seu pleito abraçado de forma correta e justa, já que administrativamente só conseguiu parcialmente pleitear o seu direito.

III – DO DIREITO

III.1 – Da Inconstitucionalidade Formal e Material da Lei 11.945/09

Vale deixar clara a inconstitucionalidade das referidas leis tendo em vista os vícios formais e materiais que existe na referida norma esculpida com intuitos de mitigar direitos dos segurados.

Ocorre, porém, que a tal Lei de 2009, padece, antes de mais nada, de **inconstitucionalidade por vício formal**, em vista da inobservância do devido processo legislativo, seja por violar os requisitos do art. 62 da CF, seja por não se ater ao disposto no art. 7º, II, LC nº 95/98, c/c art. 59, parágrafo único, CF, este último ponto delineado a seguir (destaques no original):

[...] a mencionada lei ordinária [Lei 11.945/09] não observou o preceito estampado no **art. 7º, II, da LC nº 95/98**, cuja redação transcreve-se: "**art. 7º**: O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: (...) *omissis*; II – a lei **não conterá matéria estranha** a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência, ou conexão; (...)".

Desse modo, sabe-se que a **MP nº 451/08** surgiu com a **intenção de tratar temáticas afetas à ordem tributária**, direta ou indiretamente, e não em regular matéria de ordem estritamente civil, mostrando, clarividente, pois, que o legislador conseguiu articular a inserção de um texto totalmente divergente do que trata a novel lei, que afinal, é **exclusivamente tributária** e em nada relaciona com a regulamentação do pagamento do seguro obrigatório, que, inclusive, dispõe de lei própria (nº 6.194/74).

Contudo, **não se verifica, portanto, a ocorrência de qualquer afinidade, pertinência ou conexão da matéria** constante no art. 31, que regulamenta o pagamento da indenização do seguro obrigatório, com o restante da Lei nº 11.945/09, que, além da nítida distinção temática, tem finalidades totalmente distintas.



Destarte, não sobejam dúvidas de que a nova Lei feriu de morte o **art. 59, parágrafo único da Constituição Federal**, ao maltratar o art. 7º, inciso II, da LC nº 95/98, mostrando **flagrante a inconstitucionalidade** formal do **art. 8º da Lei nº 11.482/2007, originária da Medida Provisória nº 340/2006**, bem como dos **arts. 20 e 21 da Medida Provisória 451/2008 [atuais arts. 31 e 32 da Lei nº 11.945/2009]**, uma vez que desrespeitou a norma expressa da Constituição, que, ao fim, materializa o **princípio do devido processo legislativo**, restando maculado pelo vício de afronta constitucional, restando como única panacéia, a invalidade da corporificação formal do ato mediante **a declaração de inconstitucionalidade**.

Criticando a citada lei pelo seu **pendor antidemocrático**, o autor da ADI fala em **"MP SURPRESA"**, "onde num determinado instrumento normativo que versa sobre tema 'A' e no meio, à surdina, há a dissertação sobre tema 'Z', temos agora a dilaceração de direitos individuais, como o direito a uma justa indenização do seguro DPVAT, que tem caráter suplementar a política do Estado de saúde pública e inclusão social". Complementa:

[...] tanto a Medida Provisória de nº 340/2008 convertida no artigo 8º da Lei 11.482/2007, quanto a MP de nº 451/2008 convertida na Lei 11.495/09 em seus artigos 20 e 21, foram editadas usando do mesmo expediente sorrateiro, em meio as festividades de fim de ano, e sempre inseridas no fim de Medidas Provisórias que tratam de assuntos diversos ao DPVAT.

Advertindo que o fato da MP de nº 451, em seus artigos 19, 20 e 21 entrar em vigor na data de sua publicação, tendo, portanto, vigência imediata em 16/12/2008, completando os 60 (sessenta) dias em 16/02/2009, no momento em que o Parlamento retorna do recesso de fim de ano e nas vésperas do carnaval, com o nítido objetivo de surpreendê-los, impossibilitando-os de analisar à contento a matéria em pauta, levando em consideração, ainda, que o teor principal da Medida Provisória é diverso do que ora é atacado, beneficia, relativamente, os contribuintes de imposto de renda, na implementação de novas alíquotas.

De antemão também, fala-se em **inconstitucionalidade material da Lei nº 11.945/09**, violando vários princípios constitucionais, dentre eles a da vedação ao retrocesso social, da igualdade material e da dignidade humana. Isso porque:

[...] é deveras difícil mensurar pecuniariamente a incapacidade permanente de um ser humano, assim como é também difícil esse tipo de mensura da própria vida. Assim, amparado pelo espírito constitucional de construir uma República erradicando suas desigualdades sociais, faz-se necessário que a indenização do Seguro Obrigatório **garanta patamares mínimos de dignidade**, respeitando a pessoa humana, e assim, dando condições de que supere as dificuldades da deficiência / invalidez física, visto que a integridade psicofísica é requisito basilar do **princípio da dignidade da pessoa humana**. Os arts. 20 e 21 da MP 451 criam uma **aberração jurídica** ao estipular a TABELA DE PROPORCIONALIDADE, avaliando a lesão de



acordo com o GRAU de sua incapacidade, refutando o entendimento dos Egrégios Tribunais, beneficiando o bilionário setor financeiro-securitário. A perda incompleta da mobilidade de um ombro equivale agora a **25%** da indenização total; a perda anatômica ou completa de um pé vale **50%** e a perda da visão completa dos dois olhos vale **100%** da indenização. Agora, pergunta-se: quanto vale um pé para um carteiro, que precisa do dinheiro do seguro DPVAT para, por exemplo, conseguir colocar uma prótese no local? Quais os critérios do Governo para dizer que um pé vale menos que uma mão? Nesse sentido, antes do advento desta medida elitista que só agrada os poderosos grupos econômicos do setor financeiro e securitário, o i. Desembargador Walter Carlos Lemes, assim citou em seu voto como relator da Apelação Cível 78.138-7/188, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

"(...) Quanto ao terceiro argumento, qual seja, o de que a invalidez foi 'parcial' porque o apelado teve amputado **'apenas' o pé direito**, entendo o seguinte: A prevalecer o raciocínio da seguradora, nunca, mas nunca mesmo, haverá pagamento do seguro por invalidez total, **porque o segurado, ou perde 'apenas' um pé, ou uma perna, ou os dois braços ou a cabeça etc.** Isto é, à maneira de um 'esquartejador', a seguradora divide as partes do corpo do segurado para entender, sempre, que toda invalidez é parcial. Não se pode concordar com semelhante suposição, pois, a ser assim, a invalidez total seria apenas a perda total do corpo, ou seja, a morte. E aí seria difícil pagar ao segurado, já que no além os endereços são de difícil localização. (...)"

Com base nesses fundamentos, as decisões judiciais pacíficas no âmbito da Turmas Recursais Pátrias estão no sentido de se reconhecer a inconstitucionalidade formal e material do art. 8º da Lei nº 11.482/07 (antiga MP 340/06 – ver parte 1 deste artigo) e também do art. 31 (e art. 32, consequentemente) da Lei nº 11.945/2009 (antiga MP 451/08, arts. 20 e 21), aplicando-se o artigo 3º (original) da Lei nº 6.194/74.

Cite-se, por todos: **TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011 (ementa abaixo); **Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000847, DJE 26/10/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201100900790, DJE 31/08/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201000800595, DJE 01/09/2010; processo de nº 201045201837, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, julgado em 27/10/2010; processo nº 201045201674, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, publicado em 27/10/2010.

CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO. PROVA DO EVENTO DANOSO E DO DANO PROPRIAMENTE DITO. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO EM 18/11/2010, NO MONTANTE CORRESPONDENTE A R\$ 2.362,50 (DOIS MIL TREZENTOS E SESENTA E DOIS E CINQUENTA CENTAVOS). EVENTO DANOSO OCORRIDO SOB A ÉGIDE



DA LEI 11.945/2009 (09/05/2010). PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO QUE DISPENSA A PERÍCIA POSTERIOR. **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DO ARTIGO 31, DA LEI 11.945/2009. PREVISÃO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) EM CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. LEI ORIUNDA DE MEDIDA PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA UTILIZAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA. ART. 62, DA CF. REDUÇÃO DO PATAMAR DE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS PARA O VALOR FIXO DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) QUE É PREJUDICIAL E AFETA O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VALIDADE DAS REGRAS ORIGINAIS CONTIDAS NO ART. 3º DA LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO SEU GRAU MÁXIMO, OU SEJA, 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DO *TANTUM DEVOLLUTUM QUANTUM APELLATUM*. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011)**

Assim, com a evolução do entendimento jurisprudencial, considerando inconstitucionais ambas as leis modificativas (Lei nº 11.482/07 e também a Lei nº 11.945/2009) da norma referente ao seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), seja por vício formal ou material, volta a ter aplicação o artigo 3º original da Lei nº 6.194/74, onde não há qualquer menção a graus de indenização.

Assim sendo devido é a condenação em 40 (quarenta salários mínimos atuais com correção do evento danos e juros da citação.

III.3 - Da Comprovação do Nexo de Causalidade Entre o Dano e o Sinistro – Não Cabimento de Graduação da Lesão

Nobre Julgador resta claro através dos documentos acostados a inicial que a autora sofreu um sinistro e deste teve sequela permanente.

Sem maiores prolongamentos faz jus o autor ao valor de 40 salários mínimos, conforme legislação aplicável a espécie, sendo assim, deve a mesma ser indenizada no patamar máximo.



Apelação. Ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT. Legitimidade passiva de todas as seguradoras do convênio DPVAT. Indenização correspondente a 40 salários mínimos. Correta a fixação nesse parâmetro, que tem critério legal específico. Entendimento consolidado na jurisprudência. Inteligência da Lei nº 6.194/74. RECURSO IMPROVIDO.DPVATDPVAT6.194

(9263169432008826 SP 9263169-43.2008.8.26.0000, Relator: Francisco Orlando, Data de Julgamento: 29/02/2012, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/03/2012)

Neste sentido unânime é o entendimento esposado pelos Pretórios Pátrios, inclusive pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça):

“CIVIL – ATROPELAMENTO – DEBILIDADE PERMANENTE – SEGURO DPVAT – INDENIZAÇÃO. 01 – PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICA DO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIO, TÃO SOMENTE, A PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DELE DECORRENTE. 2 – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (20030110081655ACJ DF – Acórdão: 195640 – Julgamento: 22/06/2004 – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F. – Rel. Leila Cristina Garbin Arlanch).

A invalidez é justamente o fato gerador do seguro, assim sendo, comprovando o autor através dos documentos acostados que a mesmo sofreu lesão e estas lesões foram ocasionadas pelo sinistro, então, devido é a verba pleiteada no seu teto máximo.

III.3 – Da Desnecessidade de Perícia – Em Caso de Necessidade Que Seja Deferida de acordo com a Resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba

Ilustre Magistrado, conforme prontuários médicos acostados o demandante esta com membro sequelado, assim sendo, não há necessidade de perícia médica para atestar o que já foi consolidado pelo prontuário médico.



No mais, caso entenda necessária alguma perícia que esta seja feita **LIMINARMENTE** por **perito judicial** tendo em vista a resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba.

IV – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, vem a autora requerer a PROCEDÊNCIA da presente demanda:

- a) Que não seja designado audiência prévia de conciliação ou mediação, nos termos do art. 319 VII, do CPC/2015;
- b) Que seja a Ré devida mente citada por AR, para, querendo, contestar a presente ação no prazo estipulado para o Rito Sumário;
- c) Que seja concedido o benefício da **justiça gratuita** para a demandante por este não ter como arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio e de sua família, conforme declaração de pobreza em anexo;
- d) Caso entenda pertinente que o Ilustre Magistrado marque **LIMINARMENTE** perícia médica judicial à custa da parte ré por se tratar de fato impeditivo do direito, já que a seguradora só realizou o pagamento parcial de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) conforme sinistro n. **3180121856**, cabendo a esta arcar com o ônus de acordo com a resolução 03/2013 do TJPB;
- e) Que julgue procedente o pedido contido na inicial para que a demandada pague ao autor o valor de R\$ 11.180,00 (onze mil cento e oitenta reais) que corresponde a diferença de 100% da invalidez permanente da Coluna, devidamente corrigidos do evento danoso e com juros da citação;
- f) Que seja a demandada condenada nas custas e honorários no patamar de 20% sobre o valor da causa;
- g) Requer provar o alegado por todos os meios de provas cabíveis, como testemunhal, documental ou quaisquer outras admitidas no direito.



Dar-se a causa o valor de R\$ 11.180,00 (onze mil cento e oitenta reais).

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento

João Pessoa/PB, 21 de agosto de 2018.

CLARA PEREIRA GERONIMO
OAB – PB nº 24.446

DOCUMENTOS DIVERSOS

- Procuração, Documentos Pessoais
- Ficha de Atendimento do Paciente
- Boletim de Ocorrência
- Laudos Médicos





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE LUCENA
CERTIDÃO

042/2018

CERTIFICO, em razão do meu ofício

e a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial, o Registro de Ocorrência Nº**042/2018**, cujo teor agora passa a transcrever na íntegra: Aos vinte e nove dias do mês janeiro do ano de 2018, nesta Cidade de Lucena, Estado da Paraíba, e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial, Bel. **RUBENITA DA NÓBREGA RÉGIS, Delegado de Polícia Civil**, aí por volta das 10:27 min, compareceu: **JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, 48 anos, pescador, natural de Prazeres/PE, filho de João Ribeiro de Oliveira e Maria de Lourdes Martins de Oliveira, RG 1.385.279 SSP/PB, CPF 690 062 964 49, residente na Rua Projetada, S/N, Gameleira, Lucena/PB, fone 986955870 . **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTARÁ SUJEITO (A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O SEGUINTE REGISTRO:** Que: no dia 12/06/2017, por volta das 19:00 hs, quando vinha de carona do assentamento Outeiro de Miranda com o Sr conhecido por **Alexandro** guiando a motocicleta **HONDA CG 150 FAN ES, COR PRETA, ANO 2104/20154, PLACA 0FC 8743/PB, CHASSI 9C2KC1680ER519743, EM NOME DE IVANILDO MORAIS DE SOUZA**, quando ao chegarem nas imediações do Sítio Jardim, Zona Rural de Lucena, o mesmo perdeu o controle da motocicleta, vindo ambos ao solo; Que o noticiante foi socorrido pelo Samu local até o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena em João Pessoa, onde deu entrada por volta das 21:28 min, com o diagnóstico **FRATURA DE VÉRTEBRA(C3) + FRATURA DE VÉRTEBRA DORSAL/TORÁXICA (D1)**, ficando internado até o dia 20/06/2107 . O referido é verdade. Dou fé.

Lucena, 23 de fevereiro de 2018.

Juarez Ribeiro de Oliveira
NOTICIANTE

[Assinatura]
ESCRIVÃO AD-HOC



ANA CRISTINA MARTINS
RUA PROJETADA, 208 - GAMELEIRA
LUCENA / PB CEP. 58915000 (AG. 1)

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO Br230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-880
Roteiro: 7 - 11 - 833 - 5720 Referência: Jun / 2017 CNPJ 08.086.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0
Nº medidor: 00000082282 Emissão: 12/08/2017

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.505.216
Código para Débito Automático: 0000862234

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/665223-4**

Jun / 2017

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Apresentação

12/06/2017

Data prevista da próxima leitura

13/07/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

773912488
Insc. Est.

Faturas em atraso

19/05/2017 159,44

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
12/05/17	28584	12/08/17	29820	1

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	0,14834	4,38
Consumo - 31 a 100kWh-BR	70	0,26087	17,58
Consumo - 101 a 220kWh-BR	120	0,37631	45,15
Consumo acima de 220kWh-BR	18	0,41812	8,88
Adic. B. Vermelha			3,17
Subsidio			29,93
ICMS			42,82
PIS			1,84
COFINS			7,53

LANÇAMENTOS E SERVIÇOS

Histórico de Consumo (kWh)

Maio/17	280
Abril/17	239
Março/17	280
Fev/17	255
Jan/17	273
Dez/16	327
Nov/16	368
Out/16	359
Set/16	360
Ago/16	328
Jul/16	320
Jun/16	380

CONTRIB SERV ILUM PÚBLICA	13,15
JUROS DE MORA 04/2017	0,98
MULTA 04/2017	2,56
Devolução Subsidio	-29,93

	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	159,97	27,00	42,82
PIS	159,97	1,0319	1,84
COFINS	159,97	4,7426	7,53

VENCIMENTO
20/06/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 145,73

Média dos últimos meses
311

RESERVADO AO FISCO

23c4.4837.315b.3d5a.6ebd.034e.8621.6275.

Indicadores de Qualidade / 2017 - Lucena

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	7,88	2,20	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	15,32		
DIC ANUAL	30,65	1,00	CONTRATADA 202
PIC MENSAL	9,97		LIMITE INFERIOR 231
PIC TRIMESTRAL	7,35		
PIC ANUAL	14,70	2,20	LIMITE SUPERIOR 231
DMC	4,31		
DMC	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	29,80	20,31
Compra de Energia	34,84	23,77
Serviço de Transmissão	2,03	1,39
Encargos Setoriais	10,88	7,33
Impostos Diretos e Encargos	69,78	47,20
Outros Serviços	4,00	0,00
Total	146,73	100,00

Valor do EUSD (Ref. 4/2017) R\$ 1,00

ENERGISA PARAIBA S/A
19 MAR. 2018
PROTOCOLO
ACQUAS PEREIRA





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA
DADOS DE NASCIMENTO 20/02/69
NOME DA MÃE MARIA DE LOURDES MARTINS DE OLIVEIRA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.007.003
Nº PRONTUÁRIO 102.554
DATA DO ATENDIMENTO 12/06/17
HORA DO ATENDIMENTO 21:28
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DE VÉRTEBRA (C3) + FRATURA DE VÉRTEBRA DORSAL/TORÁCICA (D1)
CID 10 S 12.2 + S 22.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta, apresentando TCE leve, com trauma e dor em coluna cervical e lombar + abrasão em asa nasal E. Relato de sinais de embriaguez. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC do crânio
TC da coluna cervical
RX do tórax - AP
RX da bacia - AP
USG do abdome total - FAST



TRATAMENTO:

Fratura da vértebra cervical (C3) à TC cervical. Sem alteração à TC do crânio, USG e aos RX. Realizado internamento e tratamento conservador aos cuidados da equipe da Neurocirurgia

ALTA HOSPITALAR: 20/06/17
DATA DA EMISSÃO: 26/10/17

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA
MÉDICO CEB
CRM-2516/PB

Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **JUARez RIBEIRO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, pescador, CPF 690.062.964-49, RG nº 1.385.279 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Projetada, nº 208, Gameleira, Lucena/PB, Cep: 58.315-000, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

João Pessoa-PB, 22 de agosto de 2018.

Juarez Ribeiro de Oliveira



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, pescador, CPF 690.062.964-49, RG nº 1.385.279 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Projetada, nº 208, Gameleira, Lucena/PB, Cep: 58.315-000.

OUTORGADO: CLARA PEREIRA GERÔNIMO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB-PB n. 24.446, com endereço profissional na Av. Manoel Deodata, n. 175, Torre, João Pessoa-PB.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação de Alvará, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, **firmar declaração de pobreza, segundo Lei 1.060/60.**

João Pessoa/PB, 22 de agosto de 2018.

Juarez Ribeiro de Oliveira

Outorgante

Scanned by CamScanner



RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - JOÃO PESSOA - PB - 50031090

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	JUNREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA	Data de	20/02/1989	Idade	48	Sexo	MASCULINO	Nº	1007003	Nº	102564	Data Prescrição	18/08/2017 08:23:32
Motivo do Atendimento	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Sector	AREA LARANJA UDC	Posto de Trabalho	AREA LARANJA - UDC B	Letão	0004	Prescrição válida a	18/09/2017 08:23:32				

MEDICAMENTOS PRESCRITOS

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Via	Modo de	Valor, ml	Prescrição	Observações do Uso	Apresentação
1 DIETA	0,0	ML	ORAL					
2 Solução Fitoelctrol 8,2%	2000,0	ML	E.V.					
3 DIFENON 500 MG/ML (AMFOLA 3ML)	2,0	ML	E.V.					
4 OMEPRAZOL 40 mg (PILASOCAMFOLA COM OLIVEIRA)	40,0	MG	E.V.					
5 ONDANSETRONA 4MG/ML	4,0	MG	E.V.					
6 AFINER PA E PG	0,0	ML						
7 CABCEREA ELEVADA A 30°	0,0	ML						

JOSE LOPES DE SOUSA FILHO
CRM: 6676

Assinatura e Carimbo do Profissional
 Dr. José Lopes de Sousa Filho
 CRM: 6676
 18 de Junho de 2017

ACIDENTE DE PESSOA
 PROTOCOLO
 18 MAR 2018
 HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGÊNCIA TRAUMA





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Secretaria Municipal de Saúde



GOVERNO
DA PARAÍBA

RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - JOAO PESSOA - PB - 58031090

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA	Data de	20/02/1989	Idade	48	Sexo	MASCULINO	Nº	1007003	Nº	102554	Data Prescrição	19/08/2017 11:01:45
Motivo do Atendimento	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Sector	AREA LARANJA UDC	Posto de Trabalho	AREA LARANJA - UDC R	Leito	0004	Prescrição válida a	19/08/2017 11:01:45				

MEDICAMENTOS PRESCRITOS

Nome do medicamento	Dose	U.M.	VL	Via de	Valor, Int.	Posologia	Orientação do Uso	Apresentação
1 DIETA	0.0			ORAL				Oral
2 Solução Fisológica 0.9%	2000.0	ML		E.V.		24H		100 ml de 10
3 DIFENIDOL 500 MG (AMPOLA 2ML)	2.0	ML		E.V.		8/8H		100 ml de 10
4 OMEPRAZOL 40 MG (FRASCO-AMPOLA COM INJETOR)	40.0	MG		E.V.		1X AO DIA	Observação: alongar no	100 ml de 10
5 OMEPRAZOL 40 MG/2ML	4.0	MG		E.V.		8/8H		100 ml de 10
6 ATERIA PA E FC	0.0					108		100 ml de 10
7 CABECERA ELEVADA A 30°	0.0						Observação: manter calar cervical	Oral

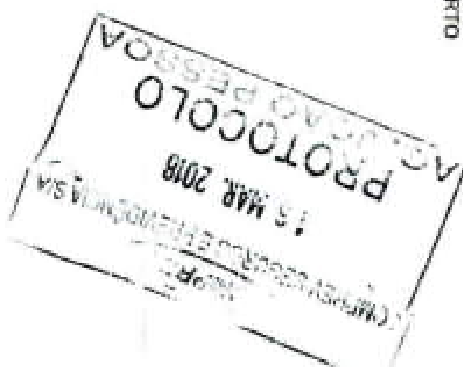
19 de Junho de 2017

GUSTAVO VICTOR NEVES PORTO

CRM: 7650

Assinatura e Carimbo do Profissional

Gustavo V. Neves Porto
CRM: 7650/PB
Neurocirurgião



PRESCRIÇÃO MÉDICAMEDICAMENTOS PRESCRITOS

THAISE ELLEN DE MOURA AGRA
CRM: 5247

THAISE ELLEN DE MOURA AGRAS

CRM: 5247



Número do documento: 18082223144260600000015725267



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

Documento de Alta

Nome: JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA			Número Prontuário: 102554
Data de 20/02/1990	Sexo: Masculino	Data de Internação: 14/06/2017 17:20:54	Data de Alta: 20/06/2017 14:44:14
Motivo da alta: ALTA HOSPITALAR			
Conduta:			
Resumo da Internação: VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO ECG 15 SEM DEFICIT MOTOR MELHORA DAS DORES DIFUSAS.			
Resultado de Exames: TC CRANIO: Parênquima cerebral com morfologia e coeficientes de atenuação normais. Tronco cerebral e cerebelo de aspecto conservado. Não há calcificações patológicas. Sistema ventricular com morfologia e dimensões normais. Ausência de sinais de coleções ou processos expansivos intra ou extra-axiais. FAST: Ausência de líquido livre na cavidade peritoneal. Ausência de lesões parenquimatosas relacionadas ao trauma. TC COLUNA CERVICAL: Estudo dirigido ao trauma. Fratura de processo espinhoso de C5 e D1. Demais estruturas ossas anatomicas.			
Tratamento: CONSERVADOR ANALGESIA			
Diagnóstico: S12.7 - Fraturas múltiplas da coluna cervical			
Recomendações: COLAR CERVICAL FILADELPHIA POR 60 DIAS AGENDAR CONSULTA AMBULATORIAL NO HTOP COM A NEUROCIRURGIA			

Data: 20/06/2017

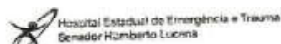
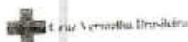
THAISE ELLEN DE MOURA AGRA
CRM: 5347 - PB



Assinado eletronicamente por: CLARA PEREIRA GERONIMO - 22/08/2018 23:20:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18082223144260600000015725267>

Número do documento: 18082223144260600000015725267



RUA PEDRO GONDIM, 3/N - CEP: 52234-3 - Tel:

Boletim de Atendimento: 1007003



Identificação do paciente

Nome	JUAZÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA		
Sexo	Masculino		
ID	1180302	Estado civil	Religioso
Data de nascimento	20/03/1999	Idade	48 anos 4 meses 7 dias
Mãe	MARIA DE LOURDES MARTINS DE OLIVEIRA		
Escolaridade	Faltante		
DDD Móvel	Fone Móvel	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento	Número documento	Nº Cx	700764967430473
Local de procedência	LUCENA		
E-mail	Naturalidade		
Endereço	JACATÃO DOS GUARARAPES		
CEP	Município de residência	UF	Logradouro
50311-009	LUCENA	PB	PROJETADA
Número	Complemento	Bairro	
S/N		GAMLEIRA	
Admissão	Número da carteira		
Data e Hora	12/08/2017 21:25:46		
Especialidade	Clínica		
Classificação de risco	Comórbida		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento		
	ACIDENTE DE MOTOCICLETA		
Indicadores e Transporte	Vale de ambulância		
Caso policial	Não		
Não	Quem transportou		
Nome de transporte	AMBULANCIA		
Vitais	Pulso		
	Temperatura		

Assinado eletronicamente por: CLARA PEREIRA GERONIMO - 22/08/2018 23:20:22



<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18082223144260600000015725267>

Número do documento: 18082223144260600000015725267

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DI/P,75

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Juarez Ribeiro de Oliveira

CARTÃO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.385.279

Nome: **JOÃO RIBERTO DE OLIVEIRA**

CPF: **020.020.1400**

DATA DE NASCIMENTO: **26-05-1988**

ENDEREÇO: **Av. ...**

LEI Nº 7.166 DE 2008

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR: **JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA**

DATA DE NASCIMENTO: **22/02/1969** Nº INSCRIÇÃO: **0261 7666 1210** ZONA: **002** SEÇÃO: **0018**

MUNICÍPIO/UF: **LUCENA/PB** DATA DE EMISSÃO: **23/10/2015**

JUIZ ELEITORAL: *[Assinatura]*

Di. João Alves da Silva

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número: **690.062.984-49**

Nome: **JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA**

Nascimento: **20/02/1969**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

COMPANHIA DE SEGUROS E REVIDÊNCIA S.A.

13 MAR. 2016

PROTOCOLO

AC. JOAO PEREIRA



Rio de Janeiro, 31 de Maio de 2018

Carta nº: 12895667

A/C: JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA

Nº Sinistro: 3180121856
Vitima: JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA
Data do Acidente: 12/06/2017
Cobertura: INVALIDEZ

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000000039

Conta: 0000033981-9

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade do segmento cervical da coluna vertebral 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$	1.687,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01043/01044 - carta_15R - INVALIDEZ

00030522





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Lucena

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800367-26.2018.8.15.1211

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça, com fundamento na alegação de insuficiência de recursos para pagar as despesas processuais/custas, constante da petição inicial, nos termos do que dispõem os arts. 98 e 99, § 3º, do CPC/2015.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

Ademais, o ofício circular nº. 003/2018, orientou para a necessidade de triagem nos feitos encaminhados para conciliação, alertando-se que as ações repetitivas, conhecidamente sem chances de conciliação, tais como: revisionais de contratos, DPVAT e nas ações em que se tem conhecimento que as empresas tradicionalmente não fazem acordo, não sejam destinados ao núcleo, devendo-se priorizar os processos em que se vislumbre verdadeiramente a possibilidade de um acordo,

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A experiência prática demonstra que partes como as que figuram no polo passivo da presente demanda, não realizam acordos em processos congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação, sem prejuízo das tentativas conciliatórias que devem ser realizadas no decorrer da lide.

Assim, cite(m)-se o(a)s promovido(a)s para, querendo, apresentar(em) contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

LUCENA, 23 de agosto de 2018.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Lucena

R AMÉRICO FALCÃO, S/N, CENTRO, LUCENA - PB - CEP:

Número	do	Processo:	0800367-26.2018.8.15.1211
Classe:		PROCEDIMENTO	COMUM (7)
Assunto:		[ACIDENTE	DE TRÂNSITO]
Polo ativo:	AUTOR:	JUAREZ	RIBEIRO DE OLIVEIRA
Polo passivo:	RÉU:	SEGURADORA	LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que até esta data não retornou o AR respectivo.

LUCENA, 30 de abril de 2019
BRENDA LINS FERRER PEDROSA BEZERRA





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Lucena

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800367-26.2018.8.15.1211

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando o certificado no último evento e já tendo decorrido o prazo de mais de 90 (noventa) dias da expedição da carta de citação, sem que tenha retornado o AR respectivo, determino a renovação do referido expediente.

Cumpra-se.

LUCENA, 30 de abril de 2019.

Juiz(a) de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Lucena

PROCESSO Nº 0800367-26.2018.8.15.1211

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

Vara Única de Lucena-Pb, 11 de outubro de 2019.

BRENDA LINS FERRER PEDROSA BEZERRA

Técnico Judiciário



seguradora Lider dos Consórcios S/A

R. SENADOR DANTAS, 75, CENTRO

Rio de Janeiro - RJ

Cep: 20031-205

REMETENTE
DESCONHECIDO





P.0800367-26-2018.815.1211

Desconhecido João Paulo

Correios	REGISTRADO URGENTE registered priority	PESO (kg) weight 0,035
Recebedor		AR MP
Assinatura		Doc.

JT 88214637 2 BR





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JT 88214637 2 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
12 SET 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / UNITÉ DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

FORUM

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

LUCEMA

58815-000

MUDOU-SE
END. INSUFICIENTE
NÃO EXISTE O Nº INDICADO
FALECIDO
DESCONHECIDO
RECLUSO
AUSENTE
NÃO RECORRIDO
OUTROS

RIO DE JANEIRO
17 SET 2019
PRIMEIRO DE MARÇO

BRASIL
BRÉSIL

EDMAY
318.081-2
3001 MARÇO





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Lucena

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800367-26.2018.8.15.1211

DESPACHO

Vistos etc.

Intime-se o(a) promovente, por intermédio de seu advogado, para falar sobre a devolução da carta de citação, indicando o atual endereço do(a) promovido(a) ou requerendo o que entender ser de direito no prazo de 10 (dez) dias.

Cumpra-se.

LUCENA, 11 de outubro de 2019.

Juiz(a) de Direito



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIRETO DA _____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE LUCENA DO ESTADO DA PARAÍBA**

Processo nº **0800367-26.2018.8.15.1211**

JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora que esta subscreve, em atendimento ao despacho ID de nº 25226764, indicar o endereço da parte Promovida: Rua da Assembléia, nº 100 - 24º Andar, Centro, Rio de Janeiro, Cep.: 20011-904, requer a citação da parte Ré e o consequente prosseguimento do feito.

Termos em que,

Pede deferimento

Lucena, 23 de outubro de 2019

CLARA PEREIRA GERÔNIMO

OAB/PB 24446





Poder Judiciário da Paraíba

Vara Única de Lucena

R AMÉRICO FALCÃO, S/N, CENTRO, LUCENA - PB - CEP: 58315-000

Tel.: (83) 32931479

INTIMAÇÃO - ADVOGADO(A)

Nº	DO	PROCESSO:	0800367-26.2018.8.15.1211
CLASSE	DO	PROCESSO: PROCEDIMENTO	COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S)	DO	PROCESSO: [ACIDENTE	DE TRÂNSITO]
AUTOR:	JUAREZ	RIBEIRO	DE OLIVEIRA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta Comarca de Lucena - PB, **INTIMO** Vossa Senhoria para falar sobre a devolução da carta de citação, indicando o atual endereço do(a) promovido(a) ou requerendo o que entender ser de direito no prazo de 10 (dez) dias.

Lucena, em 27 de outubro de 2019

BRENDA LINS FERRER PEDROSA BEZERRA
ANALISTA/TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIRETO DA _____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE LUCENA DO ESTADO DA PARAÍBA**

Processo nº **0800367-26.2018.8.15.1211**

JUAREZ RIBEIRO DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por sua procuradora que esta subscreve, em atendimento ao despacho ID de nº 25226764, indicar o endereço da parte Promovida: Rua da Assembléia, nº 100 - 24º Andar, Centro, Rio de Janeiro, Cep.: 20011-904, requer a citação da parte Ré e o consequente prosseguimento do feito.

Termos em que,

Pede deferimento

Lucena, 14 de novembro de 2019

CLARA PEREIRA GERÔNIMO

OAB/PB 24446





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Lucena

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800367-26.2018.8.15.1211

DESPACHO

Vistos etc.

Renove-se a citação da parte ré, por correspondência, com AR, desta feita observando o endereço declinado no petítório de ID Num. 26216199.

Cumpra-se.

LUCENA, 3 de dezembro de 2019.

Juiz(a) de Direito

